

Rolagem da dívida irrita os governadores

O governador Luis Antônio Fleury, de São Paulo, denunciou ontem a existência de uma aliança entre a burocracia federal e os bancos privados para impedir a aprovação da rolagem da dívida dos estados. "Não interessa à burocracia federal e aos bancos privados a rolagem. Na falta de um acordo, os bancos privados recebem juros diários sobre cinco milhões de dólares", condenou. Fleury chegou a desafiar burocratas e banqueiros: "Eles que me provem que não existe esta aliança, fazendo a rolagem e diminuindo os juros". "Isso precisa acabar. Isso não é rolagem mais. É enrolação", criticou o governador de Minas Gerais, Hélio Garcia. Contrariados com o novo impasse na votação da lei da rolagem pelo Senado, Fleury, Garcia e o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, selaram uma promessa: não vêm mais a Brasília tratar deste assunto.

Pressão — "Não entendo essa demora. A não ser que o Governo não queira mais resolver o problema da dívida dos estados", criticou ACM. A falta de uma definição do Governo Federal na rolagem também foi criticada pelos governadores do Pará, Jader Barbalho, e de Goiás, Íris Rezende. "Essa demora em rolar a dívida dos estados é uma forma de pressão política do Governo Federal sobre os governadores", acredita Barbalho. Íris reclamou que "em dois anos e meio de Governo, entra ministro e sai ministro e não se formaliza nada".

O governador Ciro Gomes, do Ceará, preferiu fazer um mea culpa. "Foram montados no passado, por espertezas, habilidades, vulnerabilidades políticas, tráfico de influência, clientelismo, fisiologia, mecanismos e transportes dos déficits dos estados para um único lugar, a União Federal, que não tem dono", lembrou Ciro. "Precisamos encerrar isso",

emendou.

Fleury foi bastante duro nas críticas que fez ao que chama de "burocracia federal", e aos bancos privados. "Temos a maior boa vontade de assinar a rolagem, é necessário que as autoridades federais apertem a burocracia", pediu. O governador também criticou os juros praticados atualmente e previu que a continuidade de das altas taxas vão inviabilizar o País. "Não tenho dúvida, quem fixa os juros não é o Banco Central, são os 'dealers', grandes bancos, que dizem quanto será a taxa", afirmou. O governador considera que "é preciso colocar o dedo na ferida", pois o Governo Federal utiliza dois terços de suas receitas para o pagamento de juros e de dívidas.

Vilões — Os bancos privados, para Fleury, são os grandes vilões da política de combate à inflação na medida em que mantêm os juros em alta. "Não se pretende quebrar o sistema financeiro, mas todos têm que dar sua contribuição, inclusive os bancos", ressaltou em tom de apelo. Ele relatou que em dois anos de governo, São Paulo pagou de juros e amortizações do principal 481 milhões de dólares e mais 347 milhões de dólares de "spread" para os bancos privados.

Apesar deste desembolso, Fleury disse que a dívida mobilizaria paulista cresceu nestes dois anos em dois bilhões de dólares. A dívida, que era de 3,457 bilhões de dólares, em dezembro de 1991, subiu para 5,441 bilhões de dólares em 30 de junho de 1993. Relatando que em 1991 amortizou 16 por cento dos títulos vendidos, de janeiro de 1992 a março de 1993 mais 17 por cento e que em junho deste ano resgatou mais dez por cento, Fleury responsabilizou os juros pela transformação da dívida num buraco sem fundo. "Ficou igual à prestação do BNH, quanto mais paga mais deve", desabafou.